

27ª Zona Eleitoral	115
28ª Zona Eleitoral	115
29ª Zona Eleitoral	116
36ª Zona Eleitoral	118
39ª Zona Eleitoral	119
40ª Zona Eleitoral	123
43ª Zona Eleitoral	124
44ª Zona Eleitoral	125
46ª Zona Eleitoral	143
47ª Zona Eleitoral	147
52ª Zona Eleitoral	161
54ª Zona Eleitoral	163
57ª Zona Eleitoral	170
58ª Zona Eleitoral	171
62ª Zona Eleitoral	177
64ª Zona Eleitoral	178
68ª Zona Eleitoral	179
71ª Zona Eleitoral	185
74ª Zona Eleitoral	187
79ª Zona Eleitoral	189
80ª Zona Eleitoral	191
88ª Zona Eleitoral	196
90ª Zona Eleitoral	197
94ª Zona Eleitoral	198
96ª Zona Eleitoral	202
98ª Zona Eleitoral	203
Índice de Advogados	230
Índice de Partes	231
Índice de Processos	233

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO CONCESSÓRIO

DIÁRIAS PAGAS

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: 0004519-30.2024.6.18.8000; NOME DO FAVORECIDO: MARIA LUÍZA DE MOURA MELLO FREITAS; CARGO/FUNÇÃO: JUÍZA; DESTINO(S): MACAPÁ; DESCRIÇÃO DO SERVIÇO OU EVENTO: PARTICIPAR DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DO III ENCONTRO DO COLÉGIO DE OUVIDORIAS JUDICIAIS DAS MULHERES NA SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ; OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DO III ENCONTRO DO COLÉGIO DE OUVIDORIAS JUDICIAIS DAS MULHERES NA SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.318,95; VALOR PAGO: R\$ 4.130,58; PERÍODO: 06/03/2024 a 09/03/2024; ORDENADOR: ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

PORTARIAS

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 122/2024 TRE/PRESI/DG/ASSDG, DE 25 DE MARÇO DE 2024

Dispõe sobre áreas de conhecimento e ações de capacitação para a execução do Plano Anual de Capacitação de Auditoria - PAC-Aud. para o exercício 2024 no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 34 e seguintes do Capítulo XIV da Resolução nº 399, de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a instituição do Estatuto da Auditoria Interna do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;

CONSIDERANDO o art. 69 e seguintes do Capítulo X da Resolução nº 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolvimento contínuo das competências para o desenvolvimento da atividade de auditoria;

RESOLVE:

Art. 1º Definir as áreas de conhecimento dos cursos que serão realizados no ano de 2024, na Coordenadoria de Auditoria Interna do TRE-PI, nos seguintes termos:

I - Desenvolvimento de Competências nas áreas de:

- a) Licitações e contratos administrativos;
- b) Fórum de Auditoria do Poder Judiciário.

Art. 2º No anexo único desta Portaria, constam os cursos que serão realizados no ano de 2024, com a finalidade de atender às necessidades da Coordenadoria de Auditoria Interna, nos moldes definidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ERIVAN LOPES

Presidente do TRE/PI

ANEXO ÚNICO

[anexo portaria 1222024.pdf](#)

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 74/2024 TRE/PRESI/DG/ASSDG, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024

Dispõe sobre o Quadro de Dotação de Armas de Fogo, Munições e Equipamentos Menos Letais e de Proteção Balística do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e regimentais e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico n.º [0001951-41.2024.6.18.8000](#),

CONSIDERANDO os termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 435, de 28 de outubro de 2021, a qual dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências;

CONSIDERANDO os termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 344, de 9 de setembro de 2020, alterada pela Resolução n.º 430, de 20 de outubro de 2021, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial;

CONSIDERANDO os termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 467, de 28 de junho de 2022, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto nos arts. 6º, inciso XI, e 7º-A, ambos da Lei n.º 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei n.º 12.694/2012;

CONSIDERANDO os termos da Resolução TRE/PI n.º 401/2020, que institui o Plano de Segurança Orgânica - PSO do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;